

Termo de Referência 41/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
41/2023	158125-INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE	IVANETE MARIA DE OLIVEIRA	22/02/2024 09:42 (v 7.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23351.000296 /2024-60

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços monitoramento e tratamento de água para consumo humano, coleta e análise físico-químico e bacteriológica em água bruta, com fornecimento de laudo técnico; Serviço de manutenção de poços artesianos e de sistemas de distribuição de água; análise de efluente sanitário de Estação de Tratamento de Efluentes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UN. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
Sem grupo	1	Serviço de monitoramento e tratamento de água para consumo humano, coleta e análises físico-química e bacteriológica em água bruta, com fornecimento de insumos e laudo técnico por profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Química–CRQ.	24899	Mês	12	R\$ 2.160,00	R\$ 25.920,00
Sem grupo	2	Serviço de monitoramento de efluente sanitário, coleta e análises físico-química e bacteriológica em água bruta, com fornecimento de insumos e laudo técnico por profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Química–CRQ.	24899	Mês	2	R\$ 1.050,00	R\$ 2.100,00
	3	Serviço de limpeza dos poços artesianos, com fornecimento dos insumos.	2399	Hora	200	R\$ 447,43	R\$ 89.486,00
	4	Serviço de manutenção no conjunto motobomba com retirada e instalação.	2399	Hora	200	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00

Grupo 1	5	Serviço de limpeza do sistema de distribuição de água.	2399	Hora	200	R\$ 475,00	R\$ 95.000,00
	6	Serviço de manutenção do sistema de distribuição de água.	2399	Hora	200	R\$ 475,00	R\$ 95.000,00
	7	Percentual de desconto sobre o fornecimento de peças para os serviços de manutenção dos poços artesianos e do sistema de distribuição de água. (O valor de referência para incidência dos lances será de R\$ 1,00. Se a empresa deseja oferecer, digamos, 20% de desconto sobre as peças, esse item corresponderá R \$0,80 e assim por diante).	609879	%	1	4%	4%
	8	Estimativa de peças e acessórios para a manutenção dos poço artesianos e sistema de distribuição de água. (NÃO SERÁ OBJETO DE DISPUTA, devendo o licitante efetuar mera reprodução dos e valores de referência TOTAIS já estimados pela administração (R\$ 1,00). Será desclassificada a proposta e lances que contiverem valores diferentes do valor estimado para o item 8 (valor reservado para peças).	609879	UN	100.000	R\$ 1,00	R\$ 100.000,00

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que há necessidade permanente dos mesmos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.4. 1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4.2. A terceirização é necessária uma vez que este órgão não possui em seu quadro funcional servidores com tais funções, características e atribuições para realização das tarefas supracitadas. Conforme § 1º do Art. 7º da IN 05, de 26 de Maio de 2017, “a Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção. A manutenção deste serviço é fundamental para a garantir o cumprimento das atividades finalísticas da Instituição, visto que, a interrupção desses serviços causaria danos na prestação dos serviços e na operação dos atendimentos prestados à sociedade pelo IFC – Campus Concórdia.

1.5. Os itens descritos neste documentos serão licitados por itens e grupos.

1.6. O agrupamento dos itens 3 a 8 baseou-se na junção de itens intrinsecamente relacionados, ou seja, que são fornecidos por empresas do mesmo ramo de negócio, o que irá manter a competitividade do certame e não prejudicará os potenciais interessados em participar da licitação. Ainda, há de se considerar que o agrupamento dos itens, tendo em vista as quantidades relativamente pequenas para cada item, torna-se mais vantajoso para a Empresa vencedora que abarcará a totalidade dos itens no Contrato, consequentemente, esta terá maior margem para lances no momento da disputa e maior segurança ao longo do Contrato. Também é importante ressaltar são as vantagens no pós licitação, pois o contrato advindo deste certame necessitará de menor quantidade de servidores para a sua fiscalização, otimizando ainda mais os gastos relacionados a este processo. Assim, com base nos Estudos preliminares realizados mostrou-se a forma de contratação mais vantajosa para a Administração.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Todos os serviços a serem desenvolvidos e os materiais a serem empregados deverão estar inseridos num conceito sistêmico de sustentabilidade, ou seja, a prioridade é a utilização de soluções técnicas sustentáveis, ecologicamente corretas, sempre que esse uso for justificado pela pertinência dos tipos de material e equipamentos ao contexto do projeto e da região que eles estão inseridos.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5.1. Optando pela vistoria, a mesma deverá ser realizado exclusivamente através do contato: Coordenação de Infraestrutura - Telefone: (49) 3441-4812 - E-mail: infraestrutura.concordia@ifc.edu.br

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.1. As vistorias serão acompanhadas por um servidor do IFC, que assinará a declaração de vistoria técnica apresentada pela licitante, nos termos do modelo constante no Anexo IV.

4.6.2. A licitante deverá ficar atenta ao período para agendamento, considerando que o prazo para visita iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a realização do certame.

4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, nos termos do modelo constante no Anexo IV.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 5 dias [da assinatura do contrato] para o item 1 e conforme emissão da ordem de serviço para os demais itens.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho estão indicadas a partir do item 5.4.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: IFC Campus Concórdia, localizado na Rodovia SC 283, km 17, Vila Fragosos, Concórdia, SC, CEP 89703-720.

5.3. Os serviços serão prestados, preferencialmente, em dias e horários de expediente - segundas às sextas-feiras, das 8h às 11h e das 13h30 às 17h.

5.3.1. Em caso de manutenções corretivas emergenciais, o serviço poderá ser solicitado em finais de semanas ou feriado.

5.3.2. Quando se tratar de pane no sistema de abastecimento de água, a empresa terá um prazo máximo de 8 (oito) horas para execução após a solicitação.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Item 1 Serviço de monitoramento e tratamento de água para consumo humano, coleta e análises físico-química e bacteriológica em água bruta, com fornecimento de insumos e laudo técnico por profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Química–CRQ.

5.4.1.1. Esse serviço será executado mensalmente com supervisão de profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Química – CRQ e deve conter:

- Análise bacteriológica mensal da água tratada - Coliforme totais e Escherichia coli;

- Análises físico-química mensal da água tratada (PH, Alcalinidade, Amônia, Cloretos, Cloro DPD, Cor aparente, Dureza, Ferro, Flúor, Manganês, Nitrato, Nitrito, Sulfato, TURBIDEZ);

- Emissão de Anotação de Função/Responsabilidade Técnica -AFT/ART;
- Fornecer os insumos (cloro líquido) em quantidade suficiente para a desinfecção e tratamento da água, aproximadamente 60 litros por mês;
- Coleta de três amostras mensais;
- Fornecer mangueiras de 25 metros para dosadores de Cloro semestralmente;
- Poderá ser solicitada análise extra para verificação a qualquer tempo;
- Realizar visita mensal nos sistemas de tratamento a fim de realizar a diluição das soluções de hipoclorito de sódio e verificar se os dosadores de cloro estão em funcionamento e registrar o teor de cloro;
- Fornecer laudo técnico das análises realizadas para cada ponto de coleta, após 5 dias da realização;
- Realizar manutenção/reparo nos dosadores de cloro, quando necessário;
- A contratada deverá fornecer treinamento a um servidor designado pelo Campus.

5.4.2. Item 2: Serviço de monitoramento de efluente sanitário, coleta e análises físico-química e bacteriológica em água bruto, com fornecimento de insumos e laudo técnico por profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Química-CRQ.

5.4.2.1. Este serviço será executado semestralmente com supervisão de profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Química CRQ e deve conter:

Análise Demanda Bioquímica de O₂ - DBO;

Análise Demanda Química de O₂ - DQO;

Análise de Óleos e Graxas;

Análise de Sólidos Sedimentáveis;

Análise de Nitrogênio;

Análise de Fósforo;

PH;

Coleta de 2 amostras semestrais.

Emissão de Anotação de Função/Responsabilidade Técnica - AFT/ART.

Fornecer laudo técnico das análises realizadas em no máximo 15 dias da realização da coleta.

Fornecer todos os materiais e serviços necessários para emissão do laudo técnico.

5.4.3. Item 3: Serviço de limpeza dos poços artesianos, com fornecimento dos insumos.

5.4.3.1. Esse serviço será prestado conforme necessidade da Administração, não tendo necessidade de visita periódica e deverá conter:

- Aplicação de produtos químicos desincrustantes (como o Ácido Cítrico Hexametáfosfato);
- Escovação do poço (escova de aço ligada a uma sonda percussora para a limpeza mecânica do poço aplicando movimentos ascendentes e descendentes até o fundo do poço);
- Retirada dos resíduos produzidos após escovação (pedra, areia, etc);
- Utilização de compressor para o turbilhonamento e remoção das partículas mais finas;
- Desinfecção dos poços com hipoclorito de sódio;

- A contratada deverá disponibilizar os equipamentos necessários para retirada e instalação das bombas (veículo 4x4 com guincho), caso necessário.

Dados dos poços artesanais:

Quantidade de Poços: 2

Quantidade de motobombas: 2

Data da perfuração: 1983 e 1995

Capacidade de bombeamento: 12.000 l/h

Profundidade de sucção/altura da bomba: 66 mt

Profundidade dos poços: 96m

Diâmetro dos poços: 14cm e 20cm respectivamente

Bitola do cano por onde é bombeada a água: 60mm

Estrutura: tubular na parte inicial e rochoso na parte final

Nível estático da água: aproximadamente 66m

Motobombas para Poço Artesiano, com tubulação de sustentação.

5.4.4. Item 4: Serviço de manutenção no conjunto motobomba com retirada e instalação.

5.4.4.1. Esse serviço será prestado conforme necessidade da Administração, não tendo necessidade de visita periódica e deverá conter:

- Inspeção completa do conjunto motor-bomba, dos cabos elétricos e do quadro de comando/proteção do motor-bomba;
- Serviço para conserto das bombas com correções de mancais superiores e inferiores de até 15HP;
- Medição da corrente nominal e de partida, através de teste com alicate amperímetro;
- Realizar testes de funcionamento dos motores bomba;
- Realizar rebobinagem do motor;
- Verificação de buchas de grafite;
- Verificação de rotores e difusores do bombeador de bomba;
- Verificação do bombeador;
- Retirada e recolocação dos motores e bomba nos respectivos poços;
- A contratada deverá disponibilizar os equipamentos necessários para retirada e instalação das bombas (veículo 4x4 com guincho), caso necessário;
- A contratada deverá disponibilizar bomba para empréstimo caso necessário a retirada e reinstalação da bomba para manutenção.

Caso seja necessário o fornecimento ou substituição de peças, elas serão adquiridas no item 7 mediante orçamento prévio e verificação da compatibilidade do valor com o mercado.

5.4.5. Item 5: Serviço de limpeza do sistema de distribuição de água.

5.4.5.1. Esse serviço será prestado conforme necessidade da Administração, não tendo necessidade de visita periódica e deverá conter:

- Realizar limpeza na rede hidráulica de recalque e distribuição de água.

- Realizar limpeza em Estação de tratamento d'água. (4 caixas de 20.000L, podendo ter sua capacidade aumentada no decorrer do contrato)

Para este serviço a contratada deverá fornecer os insumos e equipamentos necessários para acesso aos reservatórios.

Caso seja necessário o fornecimento ou substituição de peças, elas serão adquiridas no item 7 mediante orçamento prévio e verificação da compatibilidade do valor com o mercado.

5.4.6. Item 6: Serviço de manutenção do sistema de distribuição de água.

5.4.6.1. Esse serviço será prestado conforme necessidade da Administração, não tendo necessidade de visita periódica e deverá conter:

- Inspeção completa do sistema de distribuição de água, cabos elétricos e do quadro de comando;
- Verificar isolamento, oxidação e pontos quentes;
- Medir corrente nominal e de partida por meio de alicate amperímetro;
- Manutenção no quadro de comando/proteção do motor;
- Verificação do quadro de comando nas recomendações normas NBR-5410 (se necessário);
- Realizar manutenção em bombas de recalque;
- Medição da corrente nominal e de partida, através de teste com alicate amperímetro.
- Substituição de tubulação parcial ou integral caso necessário, compreendendo material e serviço de hora máquina quando houver necessidade.
- Caso seja necessário o fornecimento ou substituição de peças, elas serão adquiridas no item 7 mediante orçamento prévio e verificação da compatibilidade do valor com o mercado.

5.4.7 Item 7: Desconto sobre o fornecimento de peças para os serviços de manutenção dos poços artesianos e do sistema de distribuição de água.

5.4.7.1. A contratação deste item será sob o critério de maior desconto e engloba todas as peças que possam ser utilizadas para a manutenção e conservação dos poços artesianos e sistema de distribuição de água.

5.4.7.2. Quando necessária a aquisição de peças para a execução dos serviços descritos, será solicitado orçamento individualizado, devendo ser concedido o desconto previsto.

5.4.7.3. O controle e conformidade do valor das peças será realizado mediante pesquisa de preços em sítios eletrônicos ou fornecedores sempre que a equipe de fiscalização julgar necessário.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e a mão de obra (inclusive os encargos sociais), os insumos, o transporte tudo mais que for necessário para a prestação dos serviços.

5.5.1. Também serão de responsabilidade do CONTRATADO todos os impostos, taxas, emolumentos e encargos necessários à elaboração dos projetos. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos nesse documento.

5.5.2. Cumpre ao CONTRATADO providenciar o pessoal habilitado necessário para a execução dos trabalhos até o cumprimento integral do contrato.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

- 7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))
- 7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos a contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades
- 7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.17.1. o prazo de validade;
- 7.17.2. a data da emissão;
- 7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.17.5. o valor a pagar; e
- 7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária, por ser o mais indicado para contratos de prestação de serviços.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelos seguintes critérios:

8.1.1 MENOR PREÇO para os itens 1 a 6;

8.1.2 MAIOR DESCONTO para o item 7;

8.1.3 O item 8 NÃO SERÁ OBJETO DE DISPUTA, devendo o licitante efetuar mera reprodução dos valores de referência TOTAIS já estimados pela administração (R\$ 100.000,00).

8.1.3.4 Será desclassificada a proposta e lances que contiverem valores diferentes do valor estimado para o item 8 (valor reservado para peças).

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será de Empreitada por Preço Global, para os itens 1 e 2, e Empreitada por Preço Unitário para os itens 3 a 8.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor (para todos os itens) e Estadual/Distrital (itens 3 a 8), pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, bem como do Balanço Patrimonial.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis na forma da lei, comprovando:

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25.5. Serão considerados apresentados na forma da lei, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício assim expressados:

8.25.5.1. por fotocópia das constantes no Livro Diário, com a indicação da numeração das páginas do Livro, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou,

8.25.5.2. constantes no arquivo SPED, acompanhadas dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário e /ou do Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital.

8.25.5.3. o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do exercício deverão estar assinados pelo titular ou representante legal da entidade e por contador ou por outro profissional equivalente devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

Qualificação Técnica

8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; conforme modelo - Anexo IV do Edital.

8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo - Anexo IV do Edital.

8.29. Especificamente para os itens 1 e 2 (Tendo em vista a obrigatoriedade de estarem inscritas no Conselho Regional de Química):

8.29.1 Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho de Química CRQ (item 1 e 2) em nome do licitante, com validade na data do recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a área de atuação compatível com a execução do objeto do Edital, emitida pelo Conselho da jurisdição da sede do licitante.

8.29.2 Certidão de registro de pessoa física no Conselho Regional de Química – CRQ (para o item 1 e 2) em nome dos membros da equipe técnica que se responsabilizarão pela execução do objeto com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a área de atuação compatível com a execução do objeto do Edital, emitida pelo CRQ da jurisdição da sede da licitante, (nos termos do Inciso I, Artigo 67 da Lei 14.133/2021);

8.29.3 As certidões de registro no CRQ emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer da sessão.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 507.507,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 507.507,00 (quinhentos e sete mil, quinhentos e sete reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima constante no item 1 deste Termo de Referência.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 26422/158125;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 231502;

IV) Elemento de Despesa: 339039.05, 339039.17 e 339030-25;

V) Plano Interno: L20RLP0100N;

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: A Autoridade Máxima do Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia, no uso de suas atribuições legais aprova o presente Termo de Referência.

ALESSANDRA CARINE PORTOLAN

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apendice I_ETP368_2023 (1).pdf (87.31 KB)

Anexo I - Apendice I_ETP368_2023 (1).pdf

Estudo Técnico Preliminar 368/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23351.000296/2024-60

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de monitoramento e tratamento de água para consumo humano; coleta e análise físico-químico e bacteriológica em água bruta, com fornecimento de laudo técnico; serviço de manutenção de poços artesianos e de sistemas de distribuição de água e análise de efluente sanitário de Estação de Tratamento de Efluentes.

Justificamos a contratação dos serviços contínuos de monitoramento e tratamento de água para consumo humano, coleta e análises físico-química e bacteriológica em água bruta, com fornecimento de laudo técnico, e dos serviços de manutenção de poços artesianos e do sistema de distribuição de água, visando o controle da qualidade de água potável utilizada no consumo humano, com o objetivo de eliminar contaminação biológica (microbiológica) e contaminação físico-química providas das águas existentes nos reservatórios e dos sistemas de distribuição (tubulações) de água.

A análise microbiológica e de diagnóstico da qualidade da água e manutenção de Poços artesianos tem o objetivo de cumprir a Portaria nº 518, de 25 de março de 2004 do Ministério da Saúde – Brasil, Portaria 2.914/2011 do Ministério da Saúde que dispõe sobre o padrão de potabilidade de água para consumo humano e dá outras providências; Resolução CONAMA Nº 375/2006 que trata dos agentes patogênicos e indicadores bacteriológicos e Resolução CONAMA Nº 357/2005.

O objetivo dessa contratação é garantir a manutenção de condições salubres para os servidores, estudantes e demais agentes e a continuidade das atividades fins do IFC. Desta forma, está inserido na filosofia que norteou o governo Federal a implementar o recurso à terceirização dos serviços considerados auxiliares ao serviço público, cuja finalidade pode ser resumida em desobrigar o Estado de executar atividades não finalísticas, retomando seu papel de legislar, regular, julgar, policiar, fiscalizar, definir políticas e fomentar, tornando-o mais ágil em suas ações, definindo que as atividades consideradas auxiliares devem ser preferencialmente executadas pelo setor privado, que detém melhores condições para investir em recursos materiais e mobilização e desmobilização de capital humano, visando oferecer prestação de serviços de qualidade.

Ademais, a limpeza e manutenção dos locais de armazenamento de água, poços ou caixa se faz necessária para garantir a qualidade da água para consumo humano. Segundo a ANVISA, RDC 216 de 16 de setembro de 2004, “os reservatórios de água devem ser higienizados, em um intervalo máximo de seis meses, devendo ser mantidos registros da operação”.

Considerando que a qualidade da água influencia diretamente na saúde dos servidores, estudantes e visitantes, é extremamente importante o constante monitoramento dos seus parâmetros microbiológicos e físico-químicos, sendo esse serviço essencial ao cumprimento das atividades finalísticas do IFC.

Registra-se também que os equipamentos de bombeamento sofrem desgaste natural além do desgaste por depósito de minerais (incrustações) que causam diminuição da vida útil do moto-bomba, corrosão dos rotores da bomba, aquecimento do quadro de comando/proteção e cabos, redução da vazão e aumento considerável do consumo de energia elétrica. A manutenção preventiva reduz os gastos com o erário, tais como, a aquisição de novos equipamentos, paradas inesperadas, transtorno por falta de água, além de garantir a autossuficiência por reduzir a possibilidade de pane no sistema abastecimento dos prédios.

A deflagração de novo processo licitatório se dá em razão da impossibilidade de renovação dos contratos nº 13/2018 e 14/2018, que até o momento vinham suprimindo as necessidades da unidade.

No ano de 2023 entrou em funcionamento a Estação de Tratamento de Efluentes - ETE, do IFC Campus Concórdia. Com o objetivo de avaliar e monitorar o desempenho desta ETE é necessário o monitoramento através de análises de seus parâmetros, conforme Resolução Nº 4330/2011-CONAMA e Nº 181/2021-CONSEMA"

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

Coordenação de Infraestrutura
Diretoria de Infraestrutura e Produção

Giovani Baptista Gioda
Adenilson Trindade

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de monitoramento e tratamento de água para consumo humano, coleta e análise físico-química e bacteriológica em água bruta, com fornecimento de laudo técnico; serviço de manutenção de poços artesianos e de sistemas de distribuição de água e análise de efluente sanitário de Estação de Tratamento de Efluentes, com fornecimento de laudo técnico, conforme itens abaixo:

GRUPO	ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO
Sem grupo	1	Mês	Serviço de monitoramento e tratamento de água para consumo humano, coleta e análises físico-química e bacteriológica em água bruta, com fornecimento de insumos e laudo técnico por profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Química-CRQ.
Sem grupo	2	Serviço	Serviço de monitoramento de efluente sanitário, coleta e análises físico-química e bacteriológica em água bruta, com fornecimento de insumos e laudo técnico por profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Química-CRQ.
Grupo 1	3	Hora	Serviço de limpeza dos poços artesianos.
	4	Hora	Serviço de manutenção no conjunto motobomba com retirada e instalação.
	5	Hora	Serviço de limpeza do sistema de distribuição de água.
	6	Hora	Serviço de manutenção do sistema de distribuição de água.
	7	%	Desconto sobre o fornecimento de peças para os serviços de manutenção dos poços artesianos e do sistema de distribuição de água.

Documentos para habilitação:

- Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho de Química CRQ (item 1 e 2) em nome do licitante, com validade na data do recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a área de atuação compatível com a execução do objeto do Edital, emitida pelo Conselho da jurisdição da sede do licitante.

- Certidão de registro de pessoa física no Conselho Regional de Química – CRQ ((para o item 1 e 2) em nome dos membros da equipe técnica que se responsabilizarão pela execução do objeto e do preposto técnico com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a área de atuação compatível com a execução do objeto do Edital, emitida pelo CRQ da jurisdição da sede da licitante.

As certidões de registro no CRQ emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer da sessão.

Serviço de natureza continuada: Tendo em vista que os serviços objetos deste estudo influenciam na saúde da comunidade acadêmica, sendo extremamente importante o constante monitoramento dos seus parâmetros microbiológicos e físico-químicos, esses serviços são essenciais ao cumprimento das atividades finalísticas do IFC Campus Concórdia. Registra-se também que a análise microbiológica e de diagnóstico da qualidade da água e manutenção de poços artesianos tem o objetivo de cumprir a legislação vigente.

O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração a 120 (sessenta) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Justifica-se a necessidade deste contrato ser prorrogado por até 120 meses, conforme permite a legislação vigente, tendo em vista que a falta desse serviço compromete diretamente às atividades finalísticas da instituição, pois, o controle da qualidade da água consumida na instituição deve ser contínuo.

Não há necessidade de promoção de transição contratual.

Classificação do serviço

Os itens que integram o objeto da presente licitação enquadram-se na classificação de serviço comum, nos termos da do art. 29 da Lei 14133/2021. 3.4.1.1 Conforme disposto no inciso XLI do art. 6º da Lei 14133/2021, para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto; a modalidade Pregão é obrigatória.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9507/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Forma de Prestação do Serviço

Item 1 Serviço de monitoramento e tratamento de água para consumo humano, coleta e análises físico-química e bacteriológica em água bruta, com fornecimento de insumos e laudo técnico por profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Química–CRQ.

Esse serviço será executado mensalmente com supervisão de profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Química – CRQ e deve conter:

- Análise bacteriológica mensal da água tratada - Coliforme totais e Escherichia coli;
- Análises físico-química mensal da água tratada (PH, Alcalinidade, Amônia, Cloretos, Cloro DPD, Cor aparente, Dureza, Ferro, Flúor, Manganês, Nitrato, Nitrito, Sulfato, TURBIDEZ);
- Emissão de Anotação de Função/Responsabilidade Técnica -AFT/ART;
- Fornecer os insumos (cloro líquido) em quantidade suficiente para a desinfecção e tratamento da água, aproximadamente 60 litros por mês;
- Coleta de três amostras mensais;
- Fornecer mangueiras de 25 metros para dosadores de Cloro semestralmente;
- Poderá ser solicitada análise extra para verificação a qualquer tempo;
- Realizar visita mensal nos sistemas de tratamento a fim de realizar a diluição das soluções de hipoclorito de sódio e verificar se os dosadores de cloro estão em funcionamento e registrar o teor de cloro;
- Fornecer laudo técnico das análises realizadas para cada ponto de coleta, após 5 dias da realização;
- Realizar manutenção/reparo nos dosadores de cloro, quando necessário;
- A contratada deverá fornecer treinamento a um servidor designado pelo Campus.

Item 2: Serviço de monitoramento de efluente sanitário, coleta e análises físico-química e bacteriológica em água bruto, com fornecimento de insumos e laudo técnico por profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Química-CRQ.

Este serviço será executado semestralmente com supervisão de profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Química CRQ e deve conter:

Análise Demanda Bioquímica de O₂ - DBO;

Análise Demanda Química de O₂ - DQO;

Análise de Óleos e Graxas;

Análise de Sólidos Sedimentáveis;

Análise de Nitrogênio;

Análise de Fósforo;

PH;

Coleta de 2 amostras semestrais.

Emissão de Anotação de Função/Responsabilidade Técnica - AFT/ART.

Fornecer laudo técnico das análises realizadas em no máximo 15 dias da realização da coleta.

Fornecer todos os materiais e serviços necessários para emissão do laudo técnico.

Item 3: Serviço de limpeza dos poços artesianos.

Esse serviço será conforme necessidade da Administração, não tendo necessidade de visita periódica e deverá conter:

- Aplicação de produtos químicos desincrustantes (como o Ácido Cítrico Hexametáfosfato);
- Escovação do poço (escova de aço ligada a uma sonda percussora para a limpeza mecânica do poço aplicando movimentos ascendentes e descendentes até o fundo do poço);
- Retirada dos resíduos produzidos após escovação (pedra, areia, etc);
- Utilização de compressor para o turbilhonamento e remoção das partículas mais finas;
- Desinfecção dos poços com hipoclorito de sódio;
- A contratada deverá disponibilizar os equipamentos necessários para retirada e instalação das bombas (veículo 4x4 com guincho), caso necessário.

Dados dos poços artesianos:

Quantidade de Poços: 2

Quantidade de motobombas: 2

Data da perfuração: 1983 e 1995

Capacidade de bombeamento: 12.000 l/h

Profundidade de sucção/altura da bomba: 66 mt

Profundidade dos poços: 96m

Diâmetro dos poços: 14cm e 20cm respectivamente

Bitola do cano por onde é bombeada a água: 60mm

Estrutura: tubular na parte inicial e rochoso na parte final

Nível estático da água: aproximadamente 66m

Motobombas para Poço Artesiano, com tubulação de sustentação.

Item 4: Serviço de manutenção no conjunto motobomba com retirada e instalação.

Esse serviço será conforme necessidade da Administração, não tendo necessidade de visita periódica e deverá conter:

- Inspeção completa do conjunto motor-bomba, dos cabos elétricos e do quadro de comando/proteção do motor-bomba;
- Serviço para conserto das bombas com correções de mancais superiores e inferiores de até 15HP;
- Medição da corrente nominal e de partida, através de teste com alicate amperímetro;
- Realizar testes de funcionamento dos motores bomba;
- Realizar rebobinagem do motor;
- Verificação de buchas de grafite;
- Verificação de rotores e difusores do bombeador de bomba;
- Verificação do bombeador;
- Retirada e recolocação dos motores e bomba nos respectivos poços;
- A contratada deverá disponibilizar os equipamentos necessários para retirada e instalação das bombas (veículo 4x4 com guincho), caso necessário;
- A contratada deverá disponibilizar bomba para empréstimo caso necessário a retirada e reinstalação da bomba para manutenção.

Caso seja necessário o fornecimento ou substituição de peças, elas serão adquiridas no item 7 mediante orçamento prévio e verificação da compatibilidade do valor com o mercado.

Item 5: Serviço de limpeza do sistema de distribuição de água.

Esse serviço será conforme necessidade da Administração, não tendo necessidade de visita periódica e deverá conter:

- Realizar limpeza na rede hidráulica de recalque e distribuição de água.
- Realizar limpeza em Estação de tratamento d'água. (4 caixas de 20.000L, podendo ter sua capacidade aumentada no decorrer do contrato)

Para este serviço a contratada deverá fornecer os insumos e equipamentos necessários para acesso aos reservatórios.

A empresa deverá fornecer;

Caso seja necessário o fornecimento ou substituição de peças, elas serão adquiridas no item 7 mediante orçamento prévio e verificação da compatibilidade do valor com o mercado.

Item 6: Serviço de manutenção do sistema de distribuição de água.

Esse serviço será conforme necessidade da Administração, não tendo necessidade de visita periódica e deverá conter:

- Inspeção completa do sistema de distribuição de água, cabos elétricos e do quadro de comando;

- Verificar isolamento, oxidação e pontos quentes;
 - Medir corrente nominal e de partida por meio de alicate amperímetro;
 - Manutenção no quadro de comando/proteção do motor;
 - Verificação do quadro de comando nas recomendações normas NBR-5410 (se necessário);
 - Realizar manutenção em bombas de recalque;
 - Medição da corrente nominal e de partida, através de teste com alicate amperímetro.
 - Substituição de tubulação parcial ou integral caso necessário, compreendendo material e serviço de hora máquina quando houver necessidade.
- Caso seja necessário o fornecimento ou substituição de peças, elas serão adquiridas no item 7 mediante orçamento prévio e verificação da compatibilidade do valor com o mercado.

Item 7: Desconto sobre o fornecimento de peças para os serviços de manutenção dos poços artesianos e do sistema de distribuição de água.

- A contratação deste item será sob o critério de maior desconto e engloba todas as peças que possam ser utilizadas para a manutenção e conservação dos poços artesianos e sistema de distribuição de água.
- Quando necessária a aquisição de peças para a execução dos serviços descritos, será solicitado orçamento individualizado, devendo ser concedido o desconto previsto.
- O controle e conformidade do valor das peças será realizado mediante pesquisa de preços em sítios eletrônicos ou fornecedores sempre que a equipe de fiscalização julgar necessário.

Local da prestação dos serviços

Todos os serviços deverão ser prestados no IFC Campus Concórdia localizado na Rodovia SC 283, km 17, Vila Fragosos, Concórdia, SC, preferencialmente em dias e horários de expediente.

No entanto, em caso de manutenções corretivas emergenciais, o serviço poderá ser solicitado em finais de semanas ou feriado.

A manutenção poderá ser solicitada pela Coordenação de Infraestrutura a qualquer tempo.

Quando se tratar de pane no sistema de abastecimento de água, a empresa terá um prazo máximo de 8 (oito) horas para execução após a solicitação.

Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.

Das obrigações

O CONTRATADO deverá possuir ou providenciar os equipamentos, os materiais, a mão de obra (inclusive os encargos sociais), os insumos, o transporte e tudo mais que for necessário para a prestação dos serviços.

Também serão de responsabilidade do CONTRATADO todos os impostos, taxas, emolumentos e encargos necessários à elaboração dos projetos. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos nesse documento.

Cumprido ao CONTRATADO providenciar o pessoal habilitado necessário para a execução dos trabalhos até o cumprimento integral do contrato.

Vistoria

A vistoria técnica é FACULTATIVA, podendo a licitante realizá-la por intermédio de representante legal.

Optando pela vistoria, a mesma deverá ser realizado exclusivamente através do contato:

Coordenação de Infraestrutura - Telefone: (49) 3441-4812 - E-mail: infraestrutura.concordia@ifc.edu.br

A vistoria técnica será realizada em dias úteis, de segunda a sexta-feira, de acordo com o horário de funcionamento da unidade, e serão acompanhadas por um servidor do IFC, que assinará a declaração de vistoria técnica apresentada pela licitante, conforme modelo.

A licitante deverá ficar atenta ao período para agendamento, considerando que o prazo para visita iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a realização do certame.

Nenhuma visita técnica será realizada sem a confirmação de seu agendamento, por e-mail, por parte do servidor responsável.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração de que não efetuou a visita técnica, nos termos do modelo.

Tendo em vista a faculdade de realização de vistoria prévia, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e o grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste documento.

5. Levantamento de Mercado

Solução 1 - Contratação de serviço por hora: A contratação de serviço por hora é uma forma de contratação comumente utilizada para prestação de serviços envolvendo mão de obra, tendo como principal característica a possibilidade de dimensionamento de valor por hora de trabalho.

Solução 2 - Contratação por preço unitário: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidade autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. Conforme inciso II do art. 47 da Lei 14133, as licitações de serviços atenderão ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, devendo ser considerado a responsabilidade técnica; o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Solução 3 - Contratação de serviço por lote/grupo: A contratação por lote/grupo, respeitada a isonomia entre os licitante, visa selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, que garanta boa qualidade dos serviços e peças a custos mais reduzidos, contribuindo para a diminuição dos gastos governamentais. A constituição por lote/grupo neutraliza o fracasso de itens menos interessantes, atrai maior número de interessados ao certame, aumentando a competitividade. Permite também a melhor fiscalização e gerenciamento dos serviços contratados.

O TCU recomenda que a licitação seja procedida por itens/lotos sempre que economicamente viável, cabendo a Administração, justificadamente demonstrar a vantajosidade da opção feita. Enfim, a licitação por itens ou lote/grupo deve ser economicamente viável, ou seja, a divisão do objeto em vários itens/lotos não pode culminar na elevação do custo da contratação de forma global, nem tampouco afetar a integridade do objeto pretendido ou comprometer a perfeita execução do mesmo. Isso porque em determinadas situações a divisão do objeto pode desnatura-lo ou mesmo mostrar-se mais gravosa para a Administração, fatos esses que devem ser verificados e justificados pela autoridade competente.

Análise das alternativas existentes.

Solução 1 - Serviço por hora: A contratação por hora, é amplamente utilizada em contratos de serviços de manutenção, pois é uma forma eficiente de aferir a quantidade de tempo empregada para a realização de determinada atividade, permitindo um controle preciso durante a fiscalização, tal solução já é utilizada em outros processos pelo IFC Campus Concórdia.

Solução 2 - Contratação por preço unitário: A contratação por item é a recomendada para todos os processos de contratação. O parcelamento da solução deve ser a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidade autônomas. Tal solução é amplamente utilizada nas contratações do IFC Campus Concórdia.

Solução 3 - Contratação por lote/grupo: A contratação por lote/grupo somente pode ocorrer com a demonstração técnica e econômica de que tal opção é viável, nos casos em que a divisão do objeto cause prejuízo para o conjunto da solução licitada. Tal solução é adotada pelo IFC Campus Concórdia para processos que possuem serviços que compreendem mais de uma atividade específica que necessitam de realização simultânea ou sequencial.

Justificativa das soluções escolhidas

Solução 1: A contratação por hora, mostra-se eficiente para os itens 3, 4, 5 e 6 pois trata-se de serviço a ser realizado mediante a atividades mensuráveis em horas pela equipe de fiscalização, também facilita a realização e avaliação de orçamentos, tal solução é amplamente adotada em contratos de prestação de serviços, no IFC Campus Concórdia tal condição é utilizada em vários contratos de prestação de serviços. (contrato 216/2022, 211/2022 212/2022 entre outros).

Solução 2: A contratação por item deve ser a regra para processos licitatórios e será utilizada para os itens 1 e 2, pois os itens são únicos e indivisíveis, tornando esta a melhor opção.

Solução 3: para os itens 3 a 7 esta é a melhor opção conforme especificado abaixo:

É tecnicamente viável dividir a solução?: A solução proposta no grupo em questão (grupo I - itens 3 a 7) tem sua divisão dificultada devido às características de execução do serviço, o grupo é composto por 5 itens, quatro deles são serviços específicos e um fornecimento de insumos e peças, a realização dos serviços por um fornecedor e o fornecimento de insumos e peças por outro inviabiliza a execução, visto que tais serviços são realizados por demanda, dificultaria a execução e tornaria o processo lento, considerando que o serviço de manutenção de sistema de distribuição de água é essencial para a manutenção das atividades da instituição não é possível ficar longos períodos aguardando vários fornecedores para a realização de consertos.

É economicamente viável dividir a solução?: Não, pois tal divisão implica na contratação de um ou mais fornecedores para a realização de serviços concomitantemente ou de forma sequencial, aumentando consideravelmente o risco da execução, visto que se houver falha em um dos fornecedores os demais não conseguirão prosseguir com a atividade.

Não há perda de economia de escala ao dividir a Solução?: Não, justamente ao contrário, para este caso (manutenção de poços artesianos e sistema de distribuição) todas as empresas do ramo prestam todos os serviços listados neste documento, sendo assim, o agrupamento dos itens além de ser vantajoso para a Instituição, faz parte da lista de atividades dos fornecedores do ramo, devido a isso a sua divisão dificultaria a gerencia das atividades de todos os envolvidos.

Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?: Sim, da maneira como foi dividido, itens 1 e 2 e itens 3 a 7 agrupados, conforme informado no item anterior, os serviços agrupados neste documento fazem parte das atividades prestadas por todos os fornecedores do ramo, tornando inviável e caro a divisão dos itens.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de monitoramento e tratamento de água para consumo humano, coleta e análise físico-químico e bacteriológica em água bruta, com fornecimento de laudo técnico; serviço de manutenção de poços artesianos e de sistemas de distribuição de água; análise de efluente sanitário de Estação de Tratamento de Efluentes.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

GRUPO	ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	QUAN
-------	------	---------	-----------	------

Sem grupo	1	Mês	Serviço de monitoramento e tratamento de água para consumo humano, coleta e análises físico-química e bacteriológica em água bruta, com fornecimento de insumos e laudo técnico por profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Química-CRQ.	12
Sem grupo	2	Serviço	Serviço de monitoramento de efluente sanitário, coleta e análises físico-química e bacteriológica em água bruta, com fornecimento de insumos e laudo técnico por profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Química-CRQ.	2
Grupo 1	3	Hora	Serviço de limpeza dos poços artesianos.	1.000
	4	Hora	Serviço de manutenção no conjunto motobomba com retirada e instalação.	1.000
	5	Hora	Serviço de limpeza do sistema de distribuição de água.	1.000
	6	Hora	Serviço de manutenção do sistema de distribuição de água.	1.000
	7	%	Desconto sobre o fornecimento de peças para os serviços de manutenção dos poços artesianos e do sistema de distribuição de água.	100
	8	R\$	Estimativa de peças e acessórios para a manutenção dos poço artesianos e sistema de distribuição de água.	R\$ 100.00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 507.507,00

A pesquisa de preços foi realizada seguindo os critérios da IN 65/2021. Os preços de referência, a memória de cálculo, a metodologia adotada as as devidas justificativas constam no mapa de preços juntado no processo.

O Valor estimado da contratação para um período de 12 meses é de R\$ 507.507,00.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

As compras, sempre que possível deverão ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as particularidades do mercado, esta premissa é atendida na divisão dos itens listados neste processo, contudo existe a necessidade do agrupamento dos itens referentes ao conjunto de serviços necessários para a realização de manutenção dos poços artesianos da instituição. A solução proposta no grupo em questão (grupo I) tem sua divisão dificultada devido às características de execução do serviço, o grupo é composto por 5 itens, quatro deles são serviços específicos e um fornecimento de insumos e peças, a realização dos serviços por um fornecedor e o fornecimento de insumos e peças por outro inviabiliza a execução, visto que tais serviços são realizados por demanda, dificultaria a execução e tornaria o processo lento, considerando que o serviço de manutenção de sistema de distribuição de água é essencial para a manutenção das atividades da instituição não é possível ficar longos períodos aguardando vários fornecedores para a realização de consertos.

A divisão destes itens implica na contratação de um ou mais fornecedores para a realização de serviços concomitantemente ou de forma sequencial, aumentando consideravelmente o risco da execução, visto que se houver falha em um dos fornecedores os demais não conseguirão prosseguir com a atividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplicam.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Garantir e desenvolver a infraestrutura dos Campi.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Atendimento as normas vigentes.

Manter a qualidade da água para consumo humano.

13. Providências a serem Adotadas

Não se faz necessária a modificação de ambientes.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Todos os serviços a serem desenvolvidos e os materiais a serem empregados deverão estar inseridos num conceito sistêmico de sustentabilidade, ou seja, a prioridade é a utilização de soluções técnicas sustentáveis, ecologicamente corretas, sempre que esse uso for justificado pela pertinência dos tipos de material e equipamentos ao contexto do projeto e da região que eles estão inseridos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme informações e justificativas apresentadas ao longo do presente ETP.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADENILSON TRINDADE

Diretor de Infraestrutura e Produção

GIOVANI BAPTISTA GIODA

Coordenador de Infraestrutura

Despacho: A Autoridade Máxima do Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia, no uso de suas atribuições legais aprova o presente Estudo Técnico Preliminar.

LIANE VIZZOTTO

Diretor Geral